

## Orçamento de 2019 terá corte de R\$ 8,4 bilhões

*Aumentos do Judiciário e de funcionários público vão sacrificar ainda mais as contas públicas*

GERALDA DOCA

A equipe econômica foi contrariada pela decisão do presidente Michel Temer de não adiar o reajuste dos funcionários públicos e concordar com o aumento de 16,38% para o Judiciário. Técnicos ouvidos pelo GLOBO disseram que essas medidas obrigarão o governo a fazer um corte de R\$ 8,4 bilhões no orçamento de 2019. Sem espaço para cortar devido ao grande volume de despesas obrigatórias, a saída será sacrificar ainda mais o investimento público, que já está no menor nível nos últimos dez anos.

Segundo os técnicos, o investimento não será suficiente nem para tocar obras que estão paradas. Em 2014, o investimento do governo federal equivalia a 1,4% do Produto

Interno Bruto (PIB). Neste ano caiu para 0,5% do PIB (queda de 60%), retrocedendo aos patamares de 1999 e 2003. Nestes períodos, o investimento caiu mas se recuperou nos anos seguintes, em razão dos ajustes fiscais realizados.

Para integrantes da equipe econômica, a situação atual é mais preocupante, e as decisões de Temer podem empurrar o Brasil para um ciclo de queda nos investimentos mais prolongado. As despesas com previdência e pessoal explodiram e já consomem 98% do orçamento da União. Nos últimos quatro anos, em plena crise, os funcionários públicos tiveram aumento real (acima da inflação) de 15%.

—O presidente ficou ainda mais pressionado a fazer a reforma da Previdência e reduzir despesas com pessoal, como congelar concursos públicos e reajuste salarial de servidores. Se quiser rever o teto para o gasto público, terá que fazer uma brutal elevação da carga

tributária — disse um integrante da equipe econômica.

Os investimentos, que estão na casa dos R\$ 45 bilhões, deverão cair para R\$ cerca de 36 bilhões em 2019 com o corte de R\$ 8,4 bilhões. Com isso, apontam os técnicos, o novo governo ficará dependente dos recursos do setor privado para investir em obras de infraestrutura e fazer o país crescer e gerar empregos.

Temer condicionou o reajuste dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) — que tem efeito cascata sobre a remuneração dos juízes e de várias outras carreiras do Legislativo e do Executivo — ao corte de benefícios como o auxílio-moradia. Segundo ele, é impossível conceder o aumento e manter os proventos recebidos pelos membros de Judiciário. Hoje, cada juiz ganha, em média, de R\$ 4 mil a R\$ 6 mil de auxílio-moradia. O custo ao Judiciário é de cerca de R\$ 289 milhões por ano.

## **Contas públicas têm rombo de R\$ 7,5 bi no melhor resultado de julho desde 2014**

Mesmo assim, desempenho ainda é o quarto pior da série histórica para o mês. Com royalties e atividade econômica, arrecadação aumenta 14,3%

As contas do governo registraram um rombo de R\$ 7,5 bilhões em julho, segundo dados divulgados ontem pelo Tesouro Nacional. Embora tenha sido o melhor resultado para julho desde 2014, quando começou a crise econômica, o valor foi o quarto pior para o mês da série histórica do Tesouro — iniciada em 1997.

Entre janeiro e julho, o déficit acumulado das contas públicas é de R\$ 38,8 bilhões. O objetivo do governo é terminar o ano com um saldo negativo de até R\$ 159

bilhões. Em 12 meses, o governo central acumula um resultado negativo de R\$ 88,5 bilhões.

As receitas cresceram enquanto as despesas ficaram praticamente estáveis no mês passado. Segundo o Tesouro, a arrecadação subiu 14,3%. Já os gastos recuaram 0,2%. As receitas foram influenciadas pela melhora dos indicadores da economia e pelo aumento das receitas com royalties de petróleo.

— O resultado está vindo muito melhor que o governo esperava. Não por redução de despesas, mas por surpresas da arrecadação — disse o secretário do Tesouro, Manueto Almeida.

(Manoel Ventura)

## Destruição do futuro

A decisão do presidente Michel Temer (MDB) de liberar aumentos salariais a magistrados e a servidores do Executivo concorre para destruir a ponte que poderia levar à retomada do crescimento vigoroso.

Decerto a equação política diante do Planalto não era de fácil solução. Numa outra manobra que revelou desconexão com a realidade periclitante das finanças públicas, a maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal solicitara uma elevação elástica em seus vencimentos mensais, dos atuais R\$ 33,8 mil para R\$ 39,3 mil.

Temer buscava adiar de 2019 para 2020 os reajustes para o funcionalismo dos ministérios que havia irresponsavelmente validado ao substituir a petista Dilma Rousseff. Com a pressão dos juízes, entretanto, o emedebista se viu na incômoda situação de negar a benesse a uns e conceder a outros.

Ministros do STF, além disso, principiaram estranha negociação com os chefes dos outros Poderes.

Dariam cabo da farra do auxílio-moradia, que na prática se tornou mais um aumento disfarçado, desde que a Presidência e o Congresso chancelassem o reajuste de 16,4% para a cúpula togada —e, por consequência, para todos cujos vencimentos se vinculam diretamente aos do Supremo, que constituem o teto do serviço público.

Essa lógica mesquinha do corporativismo, entretanto, não deveria valer nada diante da magnífica

descompensação entre receitas e despesas da União.

A meta orçamentária para o ano que vem pressupõe gastos a descoberto de R\$ 139 bilhões, ou 1,8% do Produto Interno Bruto. Se forem incluídas também as despesas com juros da dívida, o buraco cresce para R\$ 489 bilhões, ou 6,5% do PIB.

O desequilíbrio, além de profundo, tem sido duradouro. Introduziu-se em 2014, após 15 anos de dura batalha contra os déficits, e na melhor das hipóteses será anulado apenas no início da próxima década. Mas a melhor das hipóteses está sendo dinamitada pelas elites governamentais nos três Poderes.

Há menos dinheiro na economia para criar empregos, pois ele tem de fluir cada vez mais para as emergências financeiras do governo, quase todas envolvendo gastos obrigatórios como os com servidores e pensionistas. Empréstimos se tornam mais caros para todos.

A desconfiança na capacidade do setor público de conter a sangria afugenta investidores, e o dólar sobe, como tem ocorrido nestes dias, elevando custos. O país cresce menos do que poderia.

Como a doença atinge também os estados, serviços essenciais que estes promovem —saúde, segurança e educação— passam a ser ameaçados. É lamentável que interesses corporativistas e a fraqueza de um presidente em final melancólico de mandato se combinem para conspirar contra o futuro do Brasil.

## Chaves na portaria

*BRUNO BOGHOSSIAN*

A Irlanda do Norte bateu um recorde esta semana: 589 dias sem governo. A burocracia estatal e os servidores continuam operando, mas um impasse entre os dois maiores partidos locais bloqueia a tomada de decisões complexas e a elaboração de políticas públicas.

No Brasil, o presidente decidiu entregar as chaves do Palácio do Planalto na portaria. Ao liberar aumento de salário para os juízes e o funcionalismo, Michel Temer praticamente abriu mão de governar até a chegada do próximo inquilino.

O presidente parece ter se cansado de brigar com seus índices de impopularidade. Abandonou o marketing reformista que tentou emplacar em seu mandato. A quatro meses de deixar o poder, jogou a proverbial pá de cal no ajuste da máquina pública que pretendia deixar como legado.

Preso entre a crise econômica e as pressões do corporativismo, Temer abdicou da responsabilidade de um presidente. Cedeu ao Judiciário e aos servidores públicos, liberando um agrado que deve ter um impacto de pelo menos R\$ 8

bilhões no ano que vem. Fosse um mandatário forte, teria encarado juízes e funcionários pelo bem dos cofres nacionais.

A conta ficará pendurada. A engorda da máquina governamental deixará para o Orçamento de 2019 investimentos no menor patamar dos últimos dez anos. Temer e o Congresso atual não alimentaram essa fera sozinhos, mas permitiram que o monstro furasse a dieta forçada.

O país gasta muito dinheiro com despesas obrigatórias, salários, aposentadorias e outros custos dessa natureza. Sobra cada vez menos para aplicar em infraestrutura, inovação, serviços públicos mais eficientes e medidas que gerem empregos.

Com as contas apertadas, o próximo presidente teria quase tanto poder quanto a burocracia da Irlanda do Norte. O serviço estatal continuaria funcionando, mas não sobraria muita liberdade para governar.

Quem for eleito em outubro encontrará o gabinete presidencial trancado. Será obrigado a enfrentar as corporações e arrombar a porta.

## Reajuste dos juizes enfrenta agora polêmica do auxílio-alimentação

Reynaldo Turollo Jr.  
BRASÍLIA

A solução articulada pelo ministro Dias Toffoli, do STF (Supremo Tribunal Federal), para garantir o reajuste salarial de 16,38% para magistrados em troca do fim do auxílio-moradia deve passar por uma ação que discute no tribunal um outro benefício, o auxílio-alimentação.

A ação sobre o auxílio-alimentação está na pauta de julgamentos do dia 12 de setembro. Trata-se da ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) 4822. Sua análise começou em 2013 e será retomada no voto de Toffoli, que pediu vista naquele ano.

Essa saída está em estudo no Supremo porque o ministro Luiz Fux, que é o relator das ações que tratam do auxílio-moradia, tem indicado que pode não levá-las a julgamento em breve.

Na quarta-feira (29), integrantes

do governo federal e do Judiciário informaram que Toffoli e Fux se comprometeram, em reunião com o presidente Michel Temer, a extinguir o auxílio-moradia irrestrito que hoje é pago a toda a magistratura.

Com base nisso, Temer liberou a inclusão do reajuste dos salários no orçamento do ano que vem --o que terá impacto calculado em R\$ 930 milhões por ano e ainda precisará passar pelo Congresso. O acordo, contudo, é apontado como sendo mais de Toffoli do que de Fux.

As entidades sustentam que as perdas salariais acumuladas chegam a 40% por causa da inflação, e que o índice de 16,38% é insuficiente para compensá-las. O pagamento irrestrito do auxílio-moradia a toda a magistratura é feito desde 2014 por força de uma liminar de Fux.

A questão em torno da ADI 4822, que trata do auxílio-alimentação, é que, com a estratégia de Toffoli, ela deverá ser usada, no mínimo, como precedente para

declarar inconstitucionais quaisquer auxílios desse tipo.

Segundo especialistas e integrantes do Supremo, o fundamento da corte para eventualmente atacar o auxílio-alimentação poderá ser usado também para combater o auxílio-moradia. O fundamento é que o magistrado, como servidor público, tem de receber seu subsídio em parcela única, o que não permite a existência de penduricalhos.

Desse modo, a ação que está na pauta do dia 12 deverá, no mínimo, sinalizar qual será o entendimento do STF quanto ao auxílio-moradia, e, com isso, estimular Fux a julgar as ações das quais é relator.

Ainda segundo assessores do tribunal, o STF pode até, de forma excepcional, tomar a decisão sobre o auxílio-moradia por "arrastamento", a partir da declaração de inconstitucionalidade do auxílio-alimentação. Ou seja, estenderia a decisão tomada para





abranjer todos os auxílios.

Toffoli assumirá a presidência do Supremo no dia 13 de setembro. A costura do acordo com o Executivo e o Legislativo, para aliados, é uma prévia do estilo conciliador que ele vai adotar no comando da corte. O discurso é que o ministro, ao encampar a proposta de extinguir o auxílio-moradia para compensar o reajuste, também fez concessões.

Magistrados da ativa perderão o polêmico auxílio de R\$ 4.377 livre de impostos, que traz desgastes ao Judiciário, para ganhar aproximadamente R\$ 5.000 a mais no salário, valor que será tributado. E os aposentados, que não recebem auxílio-moradia, serão beneficiados, pois o reajuste chegará a eles.

A ação foi ajuizada pela OAB, que pediu ao Supremo para declarar

inconstitucional uma norma do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) de 2013 que estendeu aos juizes o auxílio-alimentação que é previsto em lei para membros do Ministério Público. O CNJ se baseou na ideia de isonomia entre as carreiras.

No caso do auxílio-moradia ocorre o inverso: promotores e procuradores recebem por extensão o benefício, previsto para juizes.

Relator da ADI, o ministro Marco Aurélio já votou pela inconstitucionalidade da norma do CNJ que estendeu o auxílio-alimentação aos juizes. Já os ministros Luiz Fux e Teori Zavascki, morto no ano passado, votaram por rejeitar o pedido da OAB e manter o benefício. Os ministros Luís Roberto Barroso e Rosa Weber declararam-se impedidos. Faltam seis ministros votarem.

## Déficit fiscal em 2018 pode ficar R\$ 30 bi menor, diz governo

Resultado de julho seguiu tendência dos últimos meses, com aumento da arrecadação; no mês, rombo foi de R\$ 7,5 bi

Lorena Rodrigues  
Eduardo Rodrigues

A arrecadação acima do esperado deve levar o governo a fechar as contas com um rombo menor do que o permitido, segundo o secretário do Tesouro, Mansueto Almeida. Para 2018, o governo está autorizado a registrar déficit (despesas maiores que receitas) de até R\$ 159 bilhões. Esse valor também não inclui os gastos com juros da dívida. “A gente corre o risco de terminar o ano com déficit primário de R\$ 130 bilhões. Vai facilitar o trabalho do próximo presidente da República, cujos assessores estão falando em zerar o déficit em um ou dois anos”, declarou. Em julho, o resultado do governo central (Tesouro Nacional, INSS e Banco Central) foi deficitário em R\$ 7,54 bilhões. Apesar de negativo, o valor foi o melhor para o mês desde 2015 e foi 64,2% menor do que o do mesmo mês do ano passado. Nos sete primeiros meses do ano, o resultado é negativo em R\$ 38,87 bilhões – a meta fiscal para o governo central prevê um déficit de R\$ 159

bilhões.

Segundo Almeida, o resultado positivo “inesperado” do mês passado decorre principalmente do crescimento das receitas, que veio R\$ 5 bilhões acima do planejado. Nos últimos meses, além de a arrecadação aumentar acima do crescimento da economia, ainda teve o reforço do maior recolhimento de royalties por causa da alta do dólar e do preço do petróleo no mercado internacional. Com isso, no próximo mês o governo deverá incorporar em sua reavaliação bimestral de receitas e despesas uma projeção maior para a arrecadação neste ano. Isso ajudará a melhorar o resultado primário, uma vez que não é possível aumentar mais as despesas neste ano, que já estão no limite estabelecido pelo teto de gastos (que proíbe que as despesas cresçam em ritmo superior à inflação). Por outro lado, o secretário lembrou que as despesas do governo devem acelerar entre agosto a dezembro deste ano, principalmente por conta do pagamento do 13º para pessoal e benefícios tributários, além dos R\$ 9,5 bilhões previstos para serem desembolsados com o programa de subsídios para o diesel criado para debelar a greve dos

caminhoneiros, que durou 11 dias e provocou uma crise de abastecimento no País. Dinheiro parado.

Ainda assim, a dificuldade da máquina pública de pagar despesas mesmo quando o dinheiro está disponível também contribuirá para melhorar o resultado fiscal do ano. Em julho, havia cerca de R\$ 14,5 bilhões em recursos já liberados “empenhados” nos ministérios e a estimativa é que o valor chegue ao fim do ano nesse patamar de R\$ 15 bilhões. São despesas referentes, por exemplo, a uma obra ou serviço, que já foram empenhadas – ou seja, tiveram o pagamento prometido – mas não foram efetivamente pagas porque a obra não foi concluída ou o serviço não foi prestado. A maior parte dos “empenhamentos” ocorre na execução de emendas parlamentares e nas despesas dos ministérios da Defesa e Saúde. Mansueto alegou que hoje o orçamento federal é engessado de tal forma que a gestão do caixa do governo está virando “uma grande dor de cabeça”. “O governo não consegue cancelar essas despesas para remanejá-las”, concluiu. Também contribuirão para melhorar as contas o resultado das estatais e dos Estados e municípios.





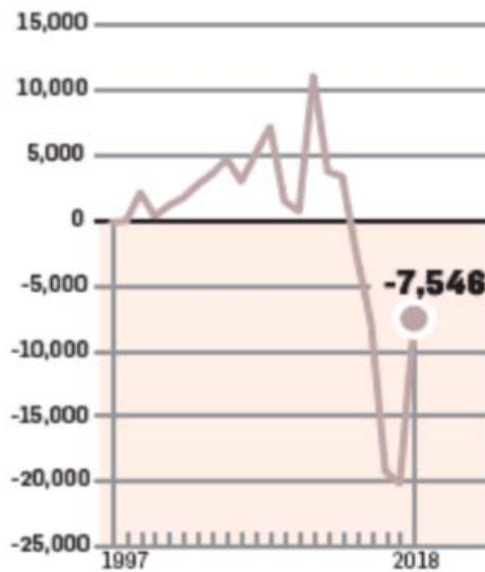
## ROMBO MENOR

● Contas públicas continuam no vermelho, mas o resultado em julho foi o melhor para o mês desde 2014

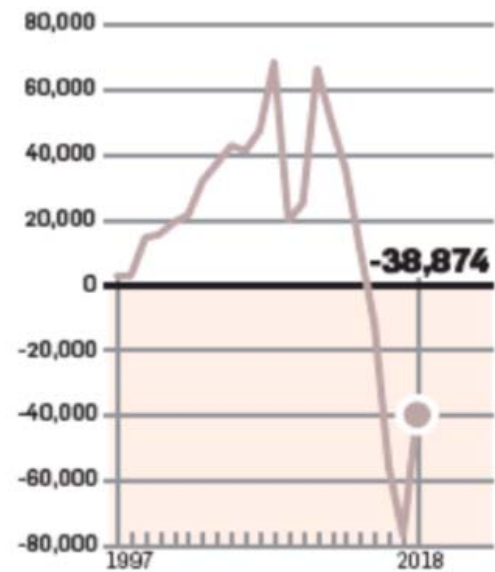
EM BILHÕES DE REAIS

### Resultado primário

Em julho de cada ano



Acumulado de janeiro a julho



FONTE: TESOUREIRO NACIONAL

INFOGRÁFICO/ESTADÃO



**Gasto com custeio e investimento  
será menor em 2019**

A equipe econômica apresenta hoje uma proposta de Orçamento para 2019 com um espaço ainda mais enxuto para despesas com investimentos e manutenção de serviços prestados à população do que em 2018. Segundo apurou o Estadão/Broadcast, o valor para esses gastos deve ficar em torno dos R\$ 102 bilhões, acima do estimado inicialmente, mas ainda assim R\$ 10 bilhões a menos em relação ao previsto no Orçamento deste ano. Os cálculos da área econômica para as chamadas despesas discricionárias, as quais o governo tem mais liberdade para distribuir entre os órgãos, chegaram a ficar entre R\$ 90 bilhões e R\$ 94 bilhões, o que importaria uma dificuldade muito maior para o próximo presidente em seu primeiro ano de mandato. Mas uma revisão geral nas despesas obrigatórias acabou mostrando uma folga adicional para os demais gastos. O espaço para essas despesas só não ficou maior por conta do reajuste dos servidores do Executivo. / I.T. e BÁRBARA NASCIMENTO